

DIAS, Reginaldo Benedito. **A face esquerda da cidade:** estudos sobre a história de movimentos, partidos e personagens do campo político de esquerda em Maringá (1947-2000). Curitiba: Editora CRV, 2018 (338 p.)



### Apresentação

Este livro reúne um conjunto de oito estudos relacionados à história da atuação de partidos, movimentos e personagens do campo político de esquerda no município de Maringá (PR), no período de 1947 a 2000.

Desde que comecei minha vida acadêmica, dediquei-me a pesquisas que investigassem a história de movimentos e partidos de esquerda. Produzi, nesse sentido, dois trabalhos de pós-graduação, um no nível do mestrado e outro no de doutorado, sobre a organização revolucionária Ação Popular (AP), representativa da esquerda brasileira das décadas de 1960 e 1970. Tanto quanto possível, procurei entrelaçar esse interesse com a demanda, apresentada por minha inserção na vida do município, por temas emanados da história regional. Por isso, a dissertação de mestrado focalizou a atuação da AP na região de Maringá.<sup>1</sup>

Com o passar do tempo, acumulei um leque de intervenções, vertidas em artigos publicados em periódicos acadêmicos ou como capítulos de livros,

que abordavam dimensões variadas da práxis das forças políticas de esquerda em Maringá, abarcando diferentes expressões organizativas e distintas conjunturas históricas de atuação. É esse conjunto de intervenções, dotado de relativa convergência temática, que compõe o livro *A face esquerda de Maringá*, agora apresentado ao público.

Para orientação dos interessados, é pertinente enunciar os títulos dos capítulos de acordo com o sumário: 1) A cidade sob vigilância: Maringá nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná (1947-1982); 2) Maringá no nascimento da ditadura civil-militar de 1964: análise do processo movido contra o vereador Bonifácio Martins e os seus desdobramentos; 3) Os trabalhadores e a esquerda na resistência à ditadura militar: a greve geral de outubro de 1968 em Maringá; 4) Juventude, revolução e repressão: Maringá nos anos de chumbo; 5) O movimento estudantil da UEM e a luta pela universidade pública democrática e gratuita; 6) A privatização do ensino em Maringá: história de uma experiência

<sup>1</sup> DIAS, Reginaldo B. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

contraditória e polêmica; 7) A carnavalização da política na inauguração do “Novo centro” de Maringá; 8) A trajetória do PT em Maringá (PR): da fundação à conquista da prefeitura.

O intervalo compreendido nas cinco décadas que compõem o recorte cronológico do livro abarca três períodos da história nacional: a república democrática instituída pela Constituição de 1946, que se estende até 1964; a ditadura civil-militar de 1964; a fase da redemocratização em diante. Considerada essa baliza mais ampla, deve-se verificar como a periodização é traduzida na interface com o objeto do livro.

Em seu livro *O anjo torto*, Emir Sader propôs, didaticamente, a seguinte periodização para a história da esquerda brasileira: a primeira geração seria aquela protagonizada, desde a década de 1920, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB); a segunda geração, surgida na década de 1960, seria composta pelas organizações criadas em oposição ao PCB ou por meio de suas dissidências, cuja característica principal, no pós-1964, foi a opção pela luta armada para a derrubada da ditadura; a terceira geração, cuja expressão principal foi o Partido dos Trabalhadores (PT), seria a originada no final da década de 1970, definida por Emir Sader como “esquerda democrática”.<sup>2</sup>

Essas demarcações não são estanques nem esgotam as possibilidades internas de cada período. Por um lado, o PCB sobreviveu aos anos da ditadura e à redemocratização, tendo, inclusive, lançado candidato a presidente da República em 1989. Por outro lado,

havia, em cada fase assinalada por Emir Sader, outras expressões políticas no campo da esquerda. Desde sua origem, por exemplo, o PT conviveu e foi combatido por forças de esquerda rivais. A intenção do autor foi apontar a característica mais influente para interpretar as grandes conjunturas históricas. Desse ponto de vista, sua clivagem é útil e ajuda a compreender os processos políticos aqui focalizados. Com efeito, essas três gerações estão presentes nos estudos reunidos neste livro.

O recorte cronológico se inicia no ano de fundação oficial de Maringá, quando já havia vestígios da presença de militância do PCB no território do incipiente núcleo cidadão. Orientada pela noção de revolução nacional-democrática, a atuação dos comunistas, no auge de sua influência no município, caracterizou-se pela sedimentação de lutas sociais e sindicais, combinadas com a conquista de espaços eleitorais. Eles contribuíram para a constituição de uma rede de entidades sindicais e articularam candidaturas para disputar o poder local. Nesses termos, convergiram com a pauta das reformas de base que marcou a conjuntura do início da década de 1960. A práxis dessa geração, regida pela diáde reformas-revolução, foi abordada privilegiadamente no segundo capítulo.

Depois de 1964, ultrapassada uma fase de desarticulação política imposta pela repressão que sucedeu o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, formou-se uma nova geração de ativismo de esquerda em Maringá. Núcleos dessa militância interagiram com ou aderiram a agrupamentos adeptos da luta armada, cujas expressões, no âmbito do

como baliza a fundação de partidos, não dá a necessária ênfase ao período de hegemonia anarquista, tão marcante na década de 1910.

<sup>2</sup> SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995. A periodização proposta é bastante útil, mas merece um reparo, uma vez que Sader, tomando

município, foram a AP e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A atuação de cada uma dessas organizações, subordinada a objetivos revolucionários, foi abordada, respectivamente, nos capítulos três e quatro.

A terceira geração é a formada na resistência democrática à ditadura e se estende pelas décadas posteriores à redemocratização do país. Sua práxis está, fundamentalmente, balizada pela mobilização por direitos políticos e sociais. No corpo do livro, está representada no quinto, no sexto e no sétimo capítulos, destinados à análise de mobilizações estudantis, sindicais e populares por cidadania. No quinto, o objetivo era a conquista da gratuidade do ensino e da democratização da Universidade Estadual de Maringá, fundada no auge da ditadura; no sexto, a defesa da escola pública contra o projeto privatista que grassava na década de 1990; no sétimo, a defesa de direitos trabalhistas em face de uma administração municipal orientada pelo ideário neoliberal.

O oitavo capítulo focaliza a trajetória do partido mais característico do período, o PT, desde sua origem em Maringá até a conquista da prefeitura municipal. Essa foi a única vez que um partido de esquerda chegou ao topo do poder político local. A cronologia se encerra quando isso acontece. Poder-se-ia indagar se não seria pertinente investigar a administração petista, mas o critério adotado foi o de analisar a atuação do partido, articulado com os movimentos sociais e políticos, em um processo que visava ao avanço da pauta da cidadania com a acumulação de forças para a disputa do poder local.

A utilização recorrente de documentos produzidos pelo aparato repressivo do Estado como fonte para investigar alguns

processos políticos, sobretudo os veiculados pelos capítulos 2, 3, 4 e 5, motivou-me a efetivar o estudo que compõe o primeiro capítulo. Em outras palavras, sistematizei uma espécie de mapa do que a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) havia produzido sobre os movimentos e agentes políticos que, pertencendo à órbita de sua vigilância, atuaram no território de Maringá.

Embora o trabalho da delegacia fosse pautado pela natureza das atividades e não pela base espacial, o mapeamento de suas ações no território do município contribui para aprofundar a compreensão da trama política ali vivida. Sob a lógica da suspeição emanada da ideologia da segurança nacional, a prioridade da DOPS era a vigilância sobre movimentos e partidos de esquerda.

Direta ou subsidiariamente, será possível encontrar, em alguns capítulos, a forma como o aparato repressivo atuou, vigiou e procurou punir os militantes de esquerda que atuavam nos movimentos aqui abordados. Especificamente, os capítulos 2 e 4 detêm-se em dois Inquéritos Policiais Militares movidos contra agentes políticos de Maringá, um deles dirigido a membros do PCB e o outro voltado aos integrantes do PCBR. Além disso, no mapeamento sistematizado no primeiro capítulo, há uma descrição resumida de mais outros dois inquéritos. No caso, um alvejava militantes do Partido Operário Comunista (POC), que atuavam nas cercanias de Maringá, e o outro atingia alegados membros do PCB, na metade da década de 1970, por meio da chamada Operação Marumbi.

Informo que a ideia de reunir os artigos em um livro é recente. Quatro artigos (capítulos 3, 5, 6 e 7) foram elaborados e divulgados, originalmente, na década de 1990. Depois da publicação de mais dois

artigos (capítulos 2 e 8), pude constatar que o material tinha potencial de compor um livro a partir de sua republicação conjunta. Dessa constatação, mediante a avaliação das possibilidades descortinadas pela documentação coligida, houve o planejamento de mais dois artigos (capítulos 1 e 4).

Em relação aos quatro artigos mais antigos, decidi reescrever apenas um, aqui designado como sétimo capítulo, para ampliar e enriquecer a narrativa. Preservada a linha de interpretação presente no original, o texto foi quase duplicado. Em dois dos outros três artigos (capítulos 3 e 5), houve pequenas modificações, decorrentes da incorporação de informações colhidas em novas incursões nos arquivos da DOPS. Nos capítulos 2, 6 e 8, há a reprodução literal dos originais, incorporada nova etapa de revisão e de padronização de normas. Para evitar anacronismo na hora de avaliar a abordagem, os leitores devem considerar o momento da escrita.<sup>3</sup> Atualizar o ponto de vista implicaria produzir um texto novo e diferente.

Quanto aos dois artigos que foram escritos mediante o planejamento para a composição final desta coletânea, cabem alguns esclarecimentos. O texto veiculado pelo quarto capítulo é inédito, ou seja, não foi submetido à publicação prévia. Para agilizar a conclusão deste livro, foi incorporado diretamente à coleção. Por seu turno, o primeiro capítulo é a versão bastante expandida, praticamente duplicada, de um artigo

homônimo que foi publicado em periódico acadêmico.

Trata-se, portanto, de uma coleção de estudos e não de uma narrativa contínua e sistêmica. Por proximidade ou mesmo sucessão cronológica dos fatos abordados, haverá, não raro, forte interseção entre alguns capítulos. Isso é válido tanto para as conjunturas mais remotas quanto para as mais recentes.

O mapeamento realizado no primeiro capítulo dialoga com o conteúdo dos quatro capítulos seguintes. Os capítulos 3 e 4 focalizam um mesmo período, o da ascensão da esquerda armada nos primeiros anos da ditadura. Alguns personagens transitam pelas duas narrativas. Os capítulos 6 e 7 são ambientados na disputa entre entidades populares, sindicais e partidárias e uma administração municipal orientada pelo ideário neoliberal. Na confecção do oitavo capítulo, cuja cronologia é a que mais se aproxima do tempo vivido pelo leitor, procurou-se incorporar um diálogo com a trajetória da esquerda em Maringá, contemplada nas seções anteriores.

Os capítulos têm existência autônoma, até porque, como regra, resultam de artigos escritos e divulgados separadamente, mas a percepção desse potencial entrelaçamento permite uma visão de conjunto. Para facilitar, foi incorporado, por meio de notas de rodapé, um jogo remissivo entre os capítulos. O leitor, evidentemente, é livre para fazer as conexões que julgar mais pertinentes.

debate sobre sua dimensão civil. Nesse diapasão, o autor incorporou-se aos acadêmicos que a definem como ditadura civil-militar. Mesmo assim, preservando a historicidade de sua produção, preferiu manter os primeiros textos com seus referenciais de época.

<sup>3</sup> A distância de mais de duas décadas entre a redação do primeiro e do último texto implicou, por exemplo, um deslocamento na forma de definir a ditadura instaurada a partir do golpe de Estado de 1964. Nos primeiros textos, ela é referida como ditadura militar. De lá para cá, disseminou-se, na comunidade acadêmica, o

Não se trata, porém, de um quebra-cabeça cujas peças estejam perfeitamente encaixadas. Nem poderia ser assim, tendo em vista que a coleção não resulta da execução de um projeto elaborado com essa finalidade. Dificilmente os temas, fatos e processos contemplados terão sua representatividade questionada, mas a coleção é, necessariamente, lacunar. Pretender fazer uma obra totalizante seria tão ingênuo quanto inviável. O diálogo intertextual com outros autores fornece as indicações bibliográficas sobre temas que, por ventura, não estiverem contemplados pelo leque aqui disponível. Espera-se que o conjunto apresentado, submetido ao escrutínio dos debates e das críticas, possa servir de estímulo para que estes e outros temas venham a ser objeto de novas pesquisas.

As intervenções que compõem este livro podem ser identificadas como pertencentes à chamada história do tempo presente, escrita sem grande distanciamento dos acontecimentos. Em situações com essas características, aflora a relação do objeto com a subjetividade do historiador. Estou de acordo com o que Jean Lacouture escreveu sobre a condição de o historiador do contemporâneo apresentar suas credenciais para abrir as portas da equidade: “É se manifestando que ele se neutraliza (...), é progredindo mascarado que o pesquisador do imediato se afasta com mais segurança da operação histórica”.<sup>4</sup>

Nesse diapasão, é lícito informar aos leitores que o engajamento acadêmico derivou de uma fase de ativismo político do autor, que participou de em alguns dos movimentos estudantis e sindicais abordados nos capítulos 5 e 6 e também manteve vínculo orgânico com a

instituição partidária focalizada no capítulo 8. Em adição, o capítulo 2 foi estimulado pelo envolvimento - profissional e cidadão - na pauta da Comissão Nacional da Verdade. Dessa revelação não se depreende a conclusão de que os capítulos são intervenções militantes, mas que as prioridades e o investimento acadêmico relacionam-se com a inserção do historiador no mundo em que vive.

A memória histórica de regiões de recente expansão de fronteira agrícola, como é o caso de Maringá, quase sempre é regida pelas narrativas centradas nas frentes colonizadoras e no mito do pioneiro. Apesar de sua representatividade na composição da identidade local, tais narrativas costumam ser homogeneizadoras, desprovidas de contradições. Acontecimentos e processos como os que foram contemplados nesta coleção ou são excluídos ou lembrados como fatores de perturbação da harmonia social.

Desse ponto de vista, este é um livro de história a contrapelo. A Maringá que emerge de suas páginas incorpora outras dimensões políticas e outros protagonistas, aos quais correspondem objetivos e sonhos diferenciados. Ao traçar o que chamei de “a face esquerda da cidade”, os capítulos oferecem várias expressões dessa face, sem excluir outras que existiram e que merecem posterior investigação.

Os capítulos abordam a contradição capital *versus* trabalho, as dimensões coercitivas do Estado brasileiro, a luta pela democracia e por direitos sociais, a resistência ao desmonte das estruturas públicas, o entrelaçamento das mobilizações por direitos de cidadania

---

<sup>4</sup> LACOUTURE, J. A história imediata. In: LE GOFF, J. (Org.). *A história nova*. São Paulo:

Martins Fontes, 1990, p. 230.

com projetos de reformas estruturais ou de revolução. As formas de ação incorporam greves com ocupação de fábrica, de unidades de trabalho ou de instâncias universitárias diretivas; a instituição de relações de poder que invertem a hierarquia presente em cada universo focalizado; manifestações de protesto regidas pela carnavalização da política; articulação do protesto social com ações de cunho potencialmente revolucionário.

Aos estudos sobre a história de Maringá, o livro sistematiza um alargamento fático e temático. Aos estudos sobre a história dos partidos e movimentos de esquerda, apresenta a contribuição de como temas de alcance nacional foram traduzidos e enriquecidos pela vivência de sujeitos concretos em um dado território, ele próprio forjado, em suas dimensões físicas e simbólicas, pelas lutas políticas realizadas, que foram, em parte, abordadas nas páginas que seguem.